

A P R E S E N T A Ç Ã O

O ano de 1964 inaugurou um período sombrio na história da democracia brasileira. O golpe militar rompeu violentamente com o Estado democrático, instaurando um regime autoritário sustentado por um novo sistema jurídico. O fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos de parlamentares, a suspensão de direitos políticos e expurgos no funcionalismo civil e militar foram atos imprescindíveis ao novo regime ditatorial, fundamentados pelo discurso anticomunista e anticorrupção.

Estima-se que, durante os 21 anos de vigência do regime militar, cerca de 50 mil pessoas viveram a experiência dos interrogatórios policiais; destas, 30 mil teriam sofrido tortura, e centenas teriam morrido como consequência desses suplícios. Outros milhares foram indiciados, acusados e condenados pela Justiça Militar. Todas estas perseguições e punições expressam que, mesmo sob violenta repressão, muitos brasileiros demonstraram seu descontentamento com o regime vigente por meio de passeatas, pichações, atos públicos, textos em panfletos e jornais, participação em organizações, clandestinas, até o limite da resistência armada.

Parte desta história foi revelada por depoimentos corajosos de presos políticos, contidos nas centenas de processos que

chegaram à esfera do Superior Tribunal Militar. Denúncias feitas em juízo, com nomes de torturadores, de centros de sevícias, de presos políticos assassinados, de desaparecidos, formaram um conjunto incontestável de testemunhos que mostram a face cruel da repressão na luta contra a oposição. Coube ao *Projeto Brasil: Nunca Mais* revelar esta história oculta nos processos do STM, sob o manto protetor da Arquidiocese de São Paulo, representada pelo seu Cardeal-Arcebispo, Dom Evaristo Arns, com a publicação dos principais resultados da pesquisa em 1985.

Desde então, vêm-se afirmando o papel estratégico dos arquivos dos governos militares para a construção da história e para a defesa dos direitos humanos, violados por mais de vinte anos. Esses acervos contêm os documentos produzidos durante interrogatórios, investigações, operações militares e policiais, sendo fontes imprescindíveis, por exemplo, para a elucidação de fatos políticos, registro de falecimentos ou de localização de corpos de desaparecidos políticos.

A edição do Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005, é um marco histórico neste processo de abertura dos arquivos do regime militar, ao determinar a entrega dos acervos dos extintos Serviço Nacional de Informações, do Conselho de

Segurança Nacional e da Comissão Geral de Investigação, até então sob a guarda da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, ao Arquivo Nacional. O recolhimento e a abertura desses arquivos afirmam a centralidade do tema nas políticas de acesso à informação e a importância do recolhimento desses acervos no Arquivo Nacional, guardiã e disseminadora do patrimônio documental do país.

Este número da *Revista Acervo: os arquivos do regime militar* apresenta diferentes iniciativas, nos campos da pesquisa histórica, das políticas arquivísticas para recolhimento e acesso aos documentos oficiais do período, da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos e de ações governamentais para localização dos mortos e desaparecidos políticos.

Assim, a *Revista Acervo* entrevista Carlos Augusto Marighella, filho do líder da Ação Libertadora Nacional – ALN, Carlos Marighella, assassinado há 40 anos por agentes do DOPS, em São Paulo. Aqui, Carlos Augusto, ex-deputado estadual pelo PMDB e atualmente representante da OAB no Comitê Estadual contra a Tortura na Bahia, faz um relato pessoal da figura política de seu pai, destacando a influência que ele teve em sua própria trajetória.

O Diretor do Arquivo Nacional, professor Jaime Antunes, apresenta o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, criado em 13 maio de 2009, em cerimônia em Brasília, com a presença do presidente Luis Inácio Lula da Silva. O Centro será

um pólo difusor de informações dos acervos, públicos e privados, estaduais e federais, sobre o período do regime militar brasileiro, constituindo uma rede de cooperação arquivística até então inédita no Brasil.

O trabalho desenvolvido pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - COREG, guardiã dos arquivos governamentais do regime militar, é tema do segundo artigo, escrito por Vivien Ishaq e Pablo E. Franco, pesquisadores desta coordenação. Guardados por quarenta e dois anos, os documentos dos órgãos que compunham o Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI) foram finalmente abertos a todos os cidadãos brasileiros, que puderam tomar conhecimento das informações que o Estado produziu a partir de delações, espionagem, infiltrações e torturas. O artigo também apresenta os principais resultados do trabalho realizado pelo Arquivo Nacional em conjunto com a Casa Civil, na localização e recolhimento dos acervos das extintas Divisões de Segurança e Informações e das Assessorias de Segurança e Informações, que povoaram a administração pública federal, como resultado do processo de expansão do sistema repressivo do regime militar.

Com o foco na atuação das Assessorias de Segurança e Informações – ASI criadas nas universidades brasileiras, Rodrigo Patto Sá Motta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, divulga em “Incômoda Memória” os resultados de sua pesquisa sobre as ASI universitárias, ressaltando o seu papel estraté-

gico na rede repressiva, já que boa parte da resistência à ditadura saía do movimento estudantil.

A questão sobre o acesso público a documentos sigilosos produzidos durante o regime militar brasileiro é discutido no artigo “A ditadura documentada, os arquivos desclassificados do regime militar brasileiro” pelo pesquisador Carlos Fico, do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Crítico das atuais restrições de acesso à pesquisa histórica sobre o período e dos recolhimentos parciais realizados pelo Estado, Fico escreve a partir de sua própria experiência enquanto pioneiro na pesquisa de acervos governamentais, ao trabalhar com os documentos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, e do Arquivo Nacional, ainda na década de 1990.

Pio Penna Filho, professor da Universidade de São Paulo, aborda em “Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) - o elo perdido da repressão” a atuação deste órgão pouco conhecido, criado pelo Ministério das Relações Exteriores. Tendo acesso a documentos até então inéditos, Pio Penna demonstra a articulação dos diversos serviços de informações com o objetivo de monitorar brasileiros exilados pelo governo militar.

“Entre o passado e o futuro – 40 anos de 1968” é o tema do artigo de Daniel Aarão Reis. Nele, o autor questiona o que chama de “febre das comemorações”, que leva, em geral, à celebração do episódio escolhido, sem que, contudo, sejam analisados criticamente. Aarão Reis

destaca a centralidade das lutas revolucionárias de libertação nacional na configuração dos eventos que marcaram o ano de 1968 em diferentes partes do mundo.

Denise Rollemberg traça um paralelo entre as “Memórias de dois revolucionários”, Carlos Marighella e Carlos Lamarca. O “inimigo público nº 1” do regime militar e o “desertor” do Exército, apesar de representarem culturas políticas diferentes, compartilharam mais do que o ideal de derrubar o regime: ambos travaram embate contra o capitalismo e a ditadura, optando pelo enfrentamento armado e sendo reconhecidos como os dois principais líderes da guerrilha do país. Mesmo com suas trajetórias individuais, as duas histórias se encontram, mais uma vez, ao final, vencidos e assassinados pela ditadura militar.

Em “História e cidadania”, o professor Francisco Falcon analisa a cidadania como objeto de estudo entre as diversas vertentes historiográficas. Falcon alerta para “a tentação teleológica e o anacronismo presentista”, dois erros frequentes em estudos sobre o tema, que excluem da análise as representações e as práticas sociais, como os direitos e deveres individuais e a participação política.

A defesa da cidadania, dos direitos dos militantes políticos perseguidos pela ditadura e a punição aos torturadores do regime são o foco do trabalho atual de Eugênia Fávero. Procuradora da República em São Paulo, Fávero publica, neste número da *Revista Acervo*, a réplica a contestações que apresentou junto ao

Juiz da 8ª Vara Cível da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, no processo contra Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir dos Santos Maciel, ex-comandantes do Destacamento de Operações Internas do II Exército – DOI-CODI. A possível condenação dos coronéis reformados Ustra e Maciel romperá, pela primeira vez, o acobertamento do Estado brasileiro aos crimes de tortura, desaparecimentos forçados e homicídios ocorridos no DOI-CODI.

Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República, em seu artigo “O financiamento de atos de violação de direitos humanos por empresas durante a ditadura brasileira: responsabilidade e verdade” afirma que os empresários brasileiros que apoiaram financeiramente a *Operação Bandeirante – OBAN* devem ser responsabilizados cível ou criminalmente por cumplicidade nas violações aos direitos humanos. O autor aponta que as Comissões de Verdade, experiência já adotada em diversos países que passaram por uma transição de regime ditatorial para democracia, são uma forma eficaz de se apurar e condenar os autores de violações dos direitos humanos ocorridas durante regimes autoritários. O trabalho das Comissões é baseado na reconstituição dos fatos por meio de depoimentos de todos os envolvidos e na

pesquisa documental nos arquivos governamentais.

O Perfil Institucional é da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Escrito por Vera Rotta, Secretária-Executiva da CEMDP, apresenta o trabalho desenvolvido por esta Comissão, desde sua criação em 1995 até as ações mais recentes, com destaque para o “Projeto Direito à Memória e à Verdade”, que culminou com a publicação do livro com o mesmo nome em 2007.

Por fim, a Revista traz ainda duas resenhas para os livros *“Tempo negro, temperatura sufocante”: estado e sociedade no Brasil do AI-5*, organizado por Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas e Oswaldo Munteal Filho; e *“Música Popular Brasileira, uma tradição sincopada”*, de Marcos Napolitano.

Assim sendo, este número foi pensado com um duplo objetivo: apresentar ao leitor um panorama das reflexões e trabalhos realizados por alguns dos mais importantes pesquisadores do período da ditadura militar; e divulgar o trabalho empreendido pelo Arquivo Nacional na disseminação das informações produzidas pelos governos militares, registradas nos diversos acervos já localizados e recolhidos, hoje disponíveis ao público após vinte quatro anos de silêncios e ocultamentos.

Vivien Ishaq

Editora